

## Tópica e *loci communes* no renascimento

Elaine Cristine Sartorelli  
USP

RESUMO: Este artigo visa a comentar o surgimento e a importância das compilações de *loci communes* no Renascimento, especialmente a partir de Agricola e de Erasmo de Rotterdam.

PALAVRAS-CHAVE: Agricola. Erasmo de Roterdã. Compilações de Lugares-comuns. Renascimento literário.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the emergence and importance of commonplace books in the Renaissance, specially from Agricola and Erasmus of Rotterdam.

KEYWORDS: Agricola. Erasmus of Rotterdam. Commonplaces Books. Literary Renaissance.

Em Aristóteles, os *topoi* pertencem ao campo da dialética e são parte da invenção de argumentos que se dá quando as proposições repousam sobre opiniões já aceitas, de forma que raciocínio seja guiado, num processo lógico, a partir das premissas extraídas daquelas. O que ele propõe é encontrar uma linha de raciocínio que traga à luz aquilo que favorece o argumento, ao mesmo tempo em que afasta tudo aquilo que seria obstáculo para a argumentação. Sua *Tópica* dá, pois, uma definição de tópico e um método capaz de possibilitar o

raciocínio sobre problemas a partir de opiniões geralmente aceitas. Regis (1993, p. 132, nota 4) contou nesse tratado 337 normas que são tópicas. Estas se dividem em duas partes: primeiro, uma instrução sobre um ponto de vista do qual considerar um argumento particular; e, em seguida, uma regra, a qual deve ser aceita como verdadeira, a partir da qual se pode debater contra ou a favor do argumento. E, tendo em vista que os problemas podem ser particulares ou universais, e que aquilo que for estabelecido para estes últimos, de caráter geral, vale também para os outros, uma vez que aquilo que vale para o todo vale para uma parte sua, a finalidade é demonstrar que um predicado que se aplica a todos os casos também se aplica a alguns casos. Os *topoi* são, assim, lugares conhecidos dos quais esses argumentos podem ser retirados. O processo é portanto indutivo, e, fazendo pontes entre o universal e o particular, confirma também as premissas inicialmente aceitas que possibilitam, por sua vez, uma conclusão para o problema segundo a lógica.

Um silogismo pode ser dialético (as premissas são *endoxa*, e sua conclusão é resultado de um raciocínio lógico) ou retórico (quando tem intenções persuasivas, mais do que demonstrativas, e seu desfecho contém a possibilidade da discussão)<sup>1</sup>. Interessa-nos particularmente este último, no qual, tendo-se partido de uma premissa geralmente moral aceita pelo senso comum, é possível chegar-se a uma conclusão igualmente lógica em si mesma, ainda que aqui não forçosamente demonstrável, mas antes provável. Ambos servem-se dos *topoi*, assim como o silogismo elíptico, o entimema. Neste, os *topoi* de Aristóteles são, segundo Dyck (2002, p. 116), especialmente importantes, pois,

---

<sup>1</sup> Pode ser ainda demonstrativo (quando suas premissas são verdadeiras ou aceitas como tal), mas este pertence ao domínio da ciência.

argumenta, são “relações binárias que podem substituir a *implicação* para construir os silogismos generalizados (frouxos, fracos) chamados *entimemas*”. Esse mecanismo, por sua vez, implica que a “dedução retórica pode então ser entendida como uma generalização da dedução lógica”<sup>2</sup>. Isso ocorre porque o entimema é também uma estrutura de inferência, apenas suas premissas podem ser *prováveis*. Para Bitzer (*apud* MURPHY; KATULA, 2003, p. 69), o recurso ao entimema é uma brilhante estratégia do rétor, que, assim, exige a participação do ouvinte para criar o sentido do argumento. Isso significa que o ouvinte é que fornece a conclusão e, ao chegar ele próprio à solução (igualmente lógica segundo a plausibilidade) do entimema, é como se persuadissemos a si mesmo... A própria necessidade de persuadir, porém, nos remete à retórica, e talvez nos permita afirmar que o silogismo é o instrumento do dialético, enquanto o entimema é a ferramenta do rétor<sup>3</sup>.

Em Cícero, os tópicos são os lugares em que os argumentos são encontrados (*Topica* 1.3-5; *Ad Familiares*, VII, 19) e a *Tópica* é um sistema para a descoberta de argumentos ou a arte de descobrir argumentos, mas sua meta, mais do que a dialética, é a retórica, e mais especificamente a retórica judiciária. A *Tópica* ciceroniana fornece um sistema gerador de argumentos que podem ser aplicados não apenas nas disputas em regra com vistas à demonstração lógica, mas também

---

<sup>2</sup> I have argued that Aristotle's *topoi* are, in fact, binary relations that may replace *implication* to construct the generalized (relaxed, weak) syllogisms called *enthymemes*. If the binary relation of implication is considered a *topos*, – “implies” – “then the syllogism can be seen as a special case of the more general (weak) enthymeme. Although neither rhetoric nor logic has noted it to date, rhetorical deduction may then be understood as a generalization of logical deduction.

<sup>3</sup> No livro II do *Ecclesiastes*, Erasmo, ao tratar da invenção das provas (*probationes*), aborda a argumentação no dialético e no rétor (silogismo e entimema, retrospectivamente) (948 C-949 C, CHOMARAT, p. 1066).

naquelas situações em que estão em jogo causas, como o tribunal e a assembleia (MACK, p. 133). Os *loci* são *sedes*, lugares em que argumentos são encontrados. Os tópicos cabem em todos os discursos, e é tarefa do orador selecioná-los segundo sua utilidade e conveniência. “A primeira coisa a ser entendida é que não há nenhuma discussão à qual um tópico ou outro não seja aplicável; mas que diferentes tópicos são convenientes a temas diferentes”, diz no capítulo XXI.

Outro ponto importante é que os lugares eram os argumentos intrínsecos à causa. Em *De Inventione* (I, XXVI), Cícero distingue os *loci* das *circumstantiae*, estas extrínsecas: “continentia cum ipso negotio, quae semper affixa esse uidentur ad rem neque ab ea possunt separari e in gestione negotiis [...], quae negotiis attributa sunt: locus, tempus, modus, occasio, facultas”. Quintiliano, cuja versão dos tópicos segue a de Cícero (5.10.54-94) exprime a mesma antítese em V, X, 20-23; em V, X, 104 ele dá *circumstantia* como o oposto de “iis quae cuiusque causae propriae sunt”.

Em Cícero aparecem também as *auctoritates*, isto é, citações consagradas de autores igualmente conhecidos e legitimados por seu prestígio e que servem de testemunho, aportando credibilidade à causa em questão. Em Aristóteles, os lugares eram bases de dedução para se argumentar a partir das opiniões dos homens sábios; em Cícero, esses autores são citados como que num mecanismo de auto-validação do argumento (MOSS, 2002, p. 25).

Segundo Ann Moss (2002, p. 24), os *topoi* parecem, pois, ser três coisas ao mesmo tempo: o processo do raciocínio dialético em que são universalmente aplicáveis; os pontos específicos para cada assunto que são mais úteis para a retórica; e as proposições que formam as premissas dos diferentes domínios do conhecimento. Nós trabalharemos neste artigo com estes três sentidos para a palavra *locus*, na medida em que aparecem às vezes entrecruzados, às vezes com

definições claramente estabelecidas, mas encaminhando-nos para o momento em que à acepção de *titulus*, rubrica, verbete e *sedes argumenti* acrescentaremos também *loci communes* como termo técnico.

Não nos será possível aqui dar prosseguimento à cronologia dos *loci*. Apenas citamos de passagem a enorme influência de Boécio, para não mencionarmos o prestígio do manual *Ad Herennium*, atribuído a Cícero na Idade Média, período ao final do qual os lugares haviam se tornado *maximae propositiones*, algo como regras axiomáticas de deduções necessárias (MOSS, 2002, p. 44). Apenas lembramos também a existência, a partir do século XII, dos *florilegia*, ou coleções de *flores auctorum*, isto é, de citações de autores clássicos, as quais serviam não apenas como *auctoritas* moral, mas também como elemento de embelezamento do discurso.

Essa questão adquire grande importância no Renascimento em virtude de um aspecto apontado por Mack (2011, p. 6) e por Green e Murphy (2006, p. xvii): havia, naquele momento, uma grande dependência da retórica para com a dialética, e esta foi um grande impulso para mudanças naquela. E não apenas pelos mesmos motivos existentes na Antiguidade, já brevemente apontados, mas também porque os humanistas, herdeiros da tradição clássica ciceroniana, eram igualmente herdeiros da escolástica medieval, com seus debates de lógica rigorosa e minuciosa. E ambas as concepções, a do humanismo receptor e emulador dos clássicos, retórica, e a da lógica aristotélico-escolástica, dialética, que nos parecem hoje divergentes, conviviam nas universidades dos séculos XV e XVI; ambos lidavam com problemas de inferência, ambos tentavam um retorno aos padrões da Latinidade antiga (MACK, 1993, p. 13-14), embora o fizessem em graus diferentes e com diferentes motivações. Naquele momento, os *topoi* eram elementos para produção de argumento, tanto quanto princípios organizadores dos textos. Retórica (*varietas, inventio, copia*

etc.) e dialética (esta concentrada nas técnicas argumentativas) eram então estudadas conjuntamente. Se a maior parte dos manuais de retórica dedica-se à invenção, esta, por sua vez, mostra como encontrar argumentos convenientes para cada tipo de caso. Assim, a invenção inclui o argumento. Há uma lógica que preside tanto a escolha dos argumentos quanto o vocabulário e as figuras com que abordá-los. Não nos deve causar espanto que a acusação de *barbari*, geralmente aplicada então contra aqueles que não manejavam bem a língua latina, pesasse também contra os dialéticos em textos de Petrarca (*Familiares*, I.7), *Salutati (De laboribus Herculis)* e Bruni (*Dialogus ad Petrum Paulum Histrum*).

A intersecção entre a retórica e a dialética tem em *De inventione* de Agricola e no *De copia* de Erasmo seus exemplos máximos. A influência deste último sobre a produção de tratados retórico-pedagógicos tornou a questão ainda mais profunda e abrangente. Segundo Cave (1997, p. 281), “a abundância de texturas e de cores retóricas vai de par com a diversidade dos materiais ou dos *topoi*”. Se a *copia* é um ideal estilístico, as técnicas para adquiri-la são derivadas da dialética, num processo que levou a que esse conhecimento acabasse por ser organizado em *loci communes* e formalizado em *sententiae*.

*De inventione dialectica*, de Agricola, de 1479, é uma obra dividida em três livros. O Livro I é inteiramente dedicado aos tópicos, e desenvolve-se a partir de Quintiliano, Boécio e Aristóteles; o Livro II responde à questão “que é a dialética?” a partir de Aristóteles e das *Partitiones Oratoriae* de Cícero, e mostra como preparar o material para a invenção tópica (a matéria), como expor e argumentar a partir dele (o instrumento) e o uso prático dos tópicos (o tratamento, a prática). E o Livro III mostra como arranjar o material encontrado pela invenção para *movere* e *delectare*, promovendo assim o encontro entre a dialética e a retórica. Outra forma de interpretar o formato do livro,

segundo Peter Mack (1993, p. 124) seria vê-lo como uma construção sobre as três tarefas do orador: *docere* (Livros I e II), *movere* (parte 1 do Livro III) e *delectare* (parte 2 do Livro III). Este formato seria, em si mesmo, a síntese da tentativa de Agricola (e que será a do século XVI) de unir retórica e dialética.

Agricola faz um grande esforço para simplificar a explicação acerca da natureza dos tópicos (“definire quod sit locus”), esclarecendo aquilo que em seus antecessores parecia estar implícito, e recorrendo mesmo a exemplos mais grosseiros, a fim de tornar o entendimento mais fácil (“id quo facilius accipi possit, crassiore quidem, sed apertiore exemplo ostendamus”). Sua definição: “non aliud est locus, quam communis quaedam rei nota, cuius admonitu, quid in quaere re probabile sit, potest inueniri”. Em 1541, Bartholomaeus Latomus o explicou ainda mais em seu *Epitome Commentariorum Dialecticae Inventionis*: “locus est communis rei nota cuius admonitu quid in re quaere probabile sit facillime inveniri potest: ut definitio, genus, caussae, eventa, notae sunt et veluti signa, quibus admonemur in re quaere explicanda ab eis ducenda esse argumenta” (fol. 5, apud ONG, 2004, p. 342, nota 104).

O método de Agricola é explicado no Livro II. Primeiramente, o estudante deve recolher e analisar os argumentos encontrados nos melhores autores, observando as estruturas argumentativas implicadas e classificando as relações tópicas subjacentes a eles. Esse procedimento serve tanto para visualizar o método de cada autor, como para obter familiaridade com os tópicos e seus usos. Então ele dá instruções para a descrição e para comparar e combinar as descrições tópicas de duas coisas, as quais devem ser ligadas, a fim de fazer um caso.

O orador é designado para tratar de um assunto ou proposição. Ao aplicar um tópico particular a uma das palavras-chave do tema designado, o orador deveria ser capaz de chegar à outra palavra ou

conceito. Percorrendo uma sucessão fixa de “entradas” ou cabeçalhos em relação a uma palavra-chave particular, o orador produz uma lista de palavras e ideias, que é a “descrição tópica”, a qual deve prover pontos de partida argumentativos. Todo esse processo de associação verbal é presidido por uma lógica que faz com que algumas descrições sejam aceitas para determinado cabeçalho e não o sejam em outros. Agrícola exemplifica o processo com a descrição tópica de “filósofo”, que reproduzo a seguir, seguindo o resumo de Peter Mack (1993, p. 130-131)<sup>4</sup>:

Definição: homem que busca o conhecimento das coisas divinas e humanas, com virtude.

Gênero: homem.

Espécie: estóico, epicurista, peripatético, acadêmico etc.

Propriedade: desejo de conhecimento, com virtude.

Todo: o mesmo como homem (parte do mundo).

Partes: o mesmo como homem (braços, pernas).

Conjugados: Filosofia, filosofar.

Adjacentes: palidez, magreza, tremor, testa enrugada, retidão de vida, elevação dos valores morais, amor ao trabalho, falta de preocupação com as tarefas cotidianas, desprezo pelo prazer e pelo sofrimento.

Ações: estudar, ficar acordado até tarde, trabalhar, sempre tentar fazer o que quer que melhore a vida humana.

---

<sup>4</sup> O quadro completo consistiria de vinte e quatro lugares, divididos em dois grupos: internos e externos. Os internos podem ser intrínsecos (definição, gênero, espécie, propriedade, o todo, a parte, o conjugado) e extrínsecos (adjacente, ato e sujeito); os externos podem ser cognatos (agente, fim, efeito e intenção), circunstâncias (lugar, tempo, posse), acidentes (contingência, anúncio, nome, comparação, semelhança) e repugnâncias (o oposto, o diferente).



Causa eficiente: outro filósofo, dores, devoção ao estudo.

Causa final: viver bem e pacificamente.

Efeitos: escritos, melhorias nos valores morais, viver melhor, fama.

*Destinata*: tudo o que for produzido pela causa da filosofia que segue.

*Connexa*: algum tipo de riqueza, fama, discípulos, respeito.

Lugar: lugar de nascimento, de ensino.

Tempo: jovem ou velho.

Em outro texto, a carta *De formando Studio Epistola ad Iacobum Barbarianum*, Agricola descreve um método que viria a ser considerado pelos autores do norte europeu como a origem da prática dos *loci communes*. A técnica, provavelmente aprendida em Ferrara de um dos seguidores de Guarino (MACK, 1993, p. 235), consistia em escrever uma palavra-chave (Justiça, Amizade, Misericórdia, Paz, Temperança etc.) no alto de cada página de um livro em branco. Assim, quando estivesse lendo os autores clássicos, o estudante poderia anotar ali as sentenças que lhe chamassem a atenção e tivessem ligação com o verbete. Quando lhe surgisse a ocasião de tratar de um daqueles temas, as frases anotadas forneceriam uma citação perfeitamente cabível, ou que ao menos lhe daria um ponto de partida.

Erasmus refere-se a algo parecido no livro II do *De copia*, em que prescreve o método de coletar exemplos e ditos para uso no embelezamento das composições, e propõe um livro em branco, no qual citações e ditos sejam anotados sob verbetes morais. Erasmus dá a entender que este método lhe “veio à mente” (*veniebat in mentem*), mas o mais provável é que ele tenha concebido a ideia a partir de Guarino via Agricola ou, ainda mais secundariamente ainda, via Hegio, o qual seguia Agricola (MACK, 1993, p. 309).

Erasmus se pergunta como fazer para possuir um estoque de lugares à disposição. Em primeiro lugar, diz, é preciso ter lido todos os autores ao menos uma vez na vida, pois a leitura produz um *thesaurus*, um *supellex* de figuras e de argumentos. Tendo-os lido, é preciso fazer um fichário, um repertório, como que um “butim de adágios” (CHOMARAT, 1981, p. 514); sob cada *titulus* organiza-se o catálogo de vícios e virtudes ou de “coisas humanas”. No *De copia*, Erasmo insiste em que “aquele que decidiu ler por inteiro os autores de todos os gêneros (porque ele deve absolutamente fazer isso uma vez na vida, se quiser ser considerado entre os letrados) reunirá para si verbetes o mais numerosos possível (“quam plurimos locos”). Ele extrairá uns dos diferentes gêneros de vícios e de virtudes com suas subdivisões, outros dos principais aspectos da condição humana, aqueles que se mostram mais frequentes quando se quer persuadir; e convirá que ele as classifique segundo suas afinidades e oposições”. São exemplos da primeira categoria: piedade (com suas subdivisões e seu contrário, a impiedade, mais a superstição), fé, bem-aventurança; exemplos da segunda: longevidade, velhice imatura, juventude precocemente sábia, sorte extraordinária, memória excepcional, súbitos reversos da fortuna<sup>5</sup>.

Os *loci* devem, pois, ser organizados por temas e cada gênero será dividido em espécies, considerando-se também a noção oposta. Um exemplo: na palavra-chave *Piedade*, há duas divisões em espécie: para com Deus e para com os homens, sendo que esta última subdivide-se em piedade para com os pais, os filhos e os benfeitores. A noção oposta será a *Impiedade*, que, obedecendo à mesma lógica, subdividir-se-á

---

<sup>5</sup>No *Methodus*, de 1516, ele se dirige ao futuro pregador com as seguintes recomendações: “trata-se de ter algumas rubricas teológicas (*locos aliquot theologicos*) que a gente mesmo prepara ou que são recebidas e tomadas de outros: a gente repartirá tudo o que ler como em pequenos ninhos (*nidulos*), a fim de ter imediatamente à disposição, para quando parecer oportuno sacá-los à conveniência: fé, jejum, suportar os males, amparo dos enfermos, cerimônias, piedade etc.” (514-5).

também em duas: para com Deus (a Superstição) e para com os homens (como é o da indulgência inepta dos pais para com seus filhos).

Há, pois, um método que deve ser observado: para se tornar um bom leitor, é preciso ler; para se tornar um bom escritor, é preciso escrever. E, como uma ponte essas duas atividades, há a lista de *topoi* e o livro de lugares-comuns, os quais não apenas registram, mas também classificam o conhecimento obtido nos livros antigos, preparando-o para estar à disposição para ser reutilizado.

Ao comentar o *De copia*, Betty I. Knott (*apud* WEILAND; FRIJHOFF, 1988, p. 144) aponta não apenas a proverbial pressa com que parece Erasmo parece tê-lo sido escrito<sup>6</sup>, mas também algumas imprecisões. Por exemplo, muitos dos exemplos da edição de 1512 extraídos dos textos clássicos não trazem qualquer referência sobre sua origem ou autoria, e outros tantos parecem ter sido inventados pelo próprio Erasmo. É frequente ainda que apenas parte do conteúdo diga respeito ao cabeçalho. Mesmo as edições revistas posteriores, de 1514, 1526 e 1544, não sofreram alterações substanciais, permanecendo, como a original, “ricas, desiguais, confusas, obscuras” (*apud* WEILAND; FRIJHOFF, 1988, p. 144). Chomarat (1981, p. 632), por sua vez, reivindica para Erasmo a fundação, neste tratado, de “um tipo de lei geral, de verdade reconhecida – aquele que se chama um lugar-comum – que ele formula de uma frase sentenciosa”, a máxima, a qual pode ser introduzida em qualquer parte do discurso (no capítulo *De sentiis*, do *De copia*), uma vez que permitem suscitar a emoção, dão valor ao argumento, servem de transição. Para este autor francês, o que a segunda parte do *De Copia* faz é “desenvolver

---

<sup>6</sup> Acreditava-se que Erasmo escrevia muito rapidamente, mas relutava em reler ou revisar seus escritos. Ele mesmo faz referência a essa sua fama no delicioso *Dialogus Ciceronianus*.

a ideia de como desenvolver uma ideia, unindo o exemplo ao preceito” (CHOMARAT, 1981, p. 736). Os lugares-comuns são estudados em dois momentos: primeiro, na análise dos modos de provar e de argumentar, e depois no método para se constituir um estoque ordenado de lugares<sup>7</sup>. Os lugares-comuns fornecem proposições para várias causas: os *loci communes*, *uulgares* ou *generales*, como seu nome indica, podem ser empregados não importa a causa, e são muito úteis para o elogio e o vitupério.

Erasmus enumera treze lugares-comuns, mas adverte que haveria *sexcenta millia* e não prescreve absolutamente nenhum princípio por meio do qual classificá-los. Uma única proposta seria ordená-los por contrários, em pares: celibato ou casamento, por exemplo. Certos ex-certos podem estar relacionados a vários lugares diferentes ou mesmo opostos, e, segundo Chomarat (1981, p. 755), nada mais erasmiano que essa “percepção do equívoco ou da polivalência”. Mesmo quando fica claro que os *loci* também se fazem presentes na leitura filosófica ou, antes, moral, de um texto, Erasmo mostra-se totalmente desprovido de dogmatismo acerca da questão de como dividir e ordenar vícios e virtudes: que cada um o faça segundo sua própria conveniência. Outra solução seria apelar a Cícero, Valério Máximo, Aristóteles ou Tomás de Aquino, conforme o caso. O ponto de vista e o objetivo do orador não são os mesmos do filósofo.

Juan Vives é outro importante humanista que lidou com a questão dos *loci*, aconselhando o orador a organizar seus tópicos como “em

---

<sup>7</sup> Ainda em *De copia* (LB I 83 E e II E), Erasmo distingue *circunstanciae* ligadas às pessoas (*natio, patria, sexus, aetas, educatio* etc.) e as ligadas às coisas (*causa, locus, occasio, instrumentum, tempus, modus* etc.). As circunstâncias servem para amplificar ou atenuar, dar colorido ou confirmar a argumentação. Quanto aos lugares, Erasmo retoma a definição ciceroniana: *locos, hoc est sedes argumentorum et probationum*.

ninhos". Seu método era anotar também, em arquivos separados, os "assuntos da conversa diária", as *formulae dicendi*, as *sententiae*, os "passos difíceis extraídos dos autores", as "matérias que parecem dignas de nota para teu professor ou para ti mesmo" (BOLGAR, 1973, p. 273). Vives parece ter tido o método de Agricola em vista ao tratar da memória naquilo a que chamou "quadro da mente". Quando descreve a razão percorrendo os conteúdos da memória, as operações que ele cita referem-se à associação de ideias e são expressas em termos de relações tópicas (MACK, 1993, p. 318). A razão progride por meio de tópicos, os quais correspondem, portanto, ao processo da razão ("adquirir e organizar conhecimento", nas palavras de Vives). A palavra-chave em Vives para a habilidade de manusear este processo é *prudentia*, precisamente o termo usado por Agricola para designar o conhecimento dos tópicos (MACK, 1993, p. 318).

Outro dos livros mais importantes e influentes no século XVI foi precisamente o *Loci communes rerum theologicarum*, publicado por Melanchthon em 1521. Esse tratado, que, segundo Lutero (*De servo arbitrio*, 1525), não é melhor apenas do que a Bíblia, tenta oferecer um completo e claro resumo da doutrina protestante, organizando os dogmas cristãos em *loci*, à maneira da lista de Pedro Lombardo. Por arranjar as definições dos termos teológicos comuns à maneira aristotélico-medieval, Melanchthon inaugurou uma corrente que futuramente viria a ser chamada de "Escolástica luterana".

Em um texto anterior, *De Rhetorica Libri tres*, de 1519, Melanchthon insiste no ensino de ambas as matérias, retórica e dialética. Isso porque "ex dialectica pendent omnia, quae ut sint initia studiorum, reliqua ex suo modo temperant. Porém, iam explosa ex scholis rhetorica, vide quam sit exigua, quam sit manca, quam sit inutilis dialectica". Ele também aconselha os alunos em treinamento para a *disputatio* que preparem listas de *loci communes* sob rubricas ou

verbetes (*capita*) e define *loci communes* como “certas regras gerais de viver, das quais os homens são persuadidos pela natureza, e que eu poderia não injustamente denominar de leis da natureza”<sup>8</sup>. Por isso, diz, os tópicos são *sedes argumenti*, mas o que ele deixa implícito é que não visam a gerar um argumento, mas antes a amplificar e apoiar aquilo a que se chegaria automaticamente (MACK, 2010, p. 110). Em outro livro, *De dialectica libri quatuor*, Melanchthon busca a definição de cada coisa e ensina que, acerca de cada uma delas, devem ser feitas quatro perguntas: 1. Que é?; 2. Quais são suas causas?; 3. Quais são suas partes?; e 4. Quais suas funções ou efeitos?. Formular a proposição é a base da invenção tópica, mas ele próprio confessa que não vai se alongar no assunto, uma vez que o leitor deve conhecer Agricola. Apesar disso, inclui máximas.

Em *Erotemata dialectices*, de 1547, Melanchthon acrescenta uma lista de 25 tópicos para a invenção de argumentos. Em outra obra, *De locis communibus ratio*, explica que, por *loci communes*, ele quer dizer “todas as formas comuns de todas as coisas a ser feitas, de todas as virtudes, de todos os vícios e de todos os outros temas comuns, que estão largamente em uso e que podem surgir nos diferentes incidentes dos assuntos humanos e cartas” (CR, XX, 695: “voco igitur locos communes omnes omnium rerum agendarum, virtutum, vitiorum, aliorumque communium thematum communes formas, quae fere in usum, variasque rerum humanarum ac literarum causas incidere possunt”).

Em *Elementa Rhetorices*, Melanchthon acrescenta uma grande inovação (o *genus didascalicum*) à tradicional tripartição dos gêneros

---

<sup>8</sup> Uma interessante aproximação poderia ser feita aqui entre esta afirmação, feita em um tratado de retórica, e outra, teológica, acerca da acepção de “Lei” de Melanchthon. Sobre esta, tratei brevemente no capítulo Lei e Evangelho de minha dissertação de Mestrado, *Liberdade e livre-arbítrio no pensamento de Miguel Servet: Teologia e Retórica*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2006.

segundo as causas (*iudiciale, deliberatiuum, demonstratiuum*). O gênero didascálico propõe cinco perguntas (Que é isto? Quais são suas partes ou espécies? Quais suas causas? Quais seus efeitos? E que coisas se lhe opõem?) e analisa questões a partir de cinco tópicos (definição, causas, efeitos, partes e coisas opostas). Para evitar maiores explicações, remete o leitor a seus tratados de dialética.

Quanto aos *loci communes*, eles podem ser usados como prova ou para *amplificatio*, e versam não apenas sobre vícios e virtudes, mas sobre tudo aquilo que, nas artes, pode ser ensinado. Anotar *flores*, no entanto, sem qualquer método, não leva a nada, pois demonstra que o coletor de lugares não tem um objetivo em mente, ou então nada compreendeu do livro lido. “Este estudo tem pequena utilidade e, por seu nome, causa muito dano, porque, entre as pessoas tolas, produz a convicção de aprendizado, e nada é mais pernicioso do que isso” (“hoc studium exiguum utilitatem habet, et hoc nomine plurimum nocet, quid in stultis doctrinae persuasionem parit, qua nihil est perniciosius”). É importante, pois, observar que lugares-comuns só são “corretamente compreendidos” quando “as artes em que estão contidos forem perfeitamente conhecidas” (“sciendum est igitur, ita locos communes recte cognosci, si artes illae, in quibus versantur, perfecte cognitae fuerint”). Não são, pois, apenas ornamentos, mas suporte das proposições.

Assim como o Cícero de *De Oratore*, Melanchthon requer para o orador o máximo conhecimento possível de todos os assuntos. E o livro de lugares-comuns é um auxiliar no processo de aquisição e organização de conhecimento. Assim, os estudantes deveriam persistir na anotação de *sententiae* extraídas de suas leituras, segundo o método prescrito por Agricola em *De formando Studio*.

Assim como para Melanchthon, também para Erasmo os *topoi* são parte da didática e do processo de memorização: para aprender (e apreender) algo, é preciso organizar aquilo que foi compreendido, repartindo-o em *loci*: “que o orador tenha diante de si os lugares, as

classes e as fórmulas (“locos et ordines quosdam ac formulas”), tudo pronto, a fim de registrar no lugar apropriado (*suo ordine*) tudo aquilo que encontrar de notável” (AMS 1-2, 120, 6-8, *apud* CHOMARAT, 1981, p. 515). Como nos lembra Plett (2004, p. 134), a *inventio* renascentista está ligada de perto com a memória. Antes da invenção da imprensa por Gutenberg, o receptáculo mnemônico dos lugares-comuns era a memória individual de cada orador ou o manuscrito. A retórica clássica está voltada para a memória individual com seu postulado de uma *memoria artificialis*, composta de lugares e imagens. No Renascimento, esse método, fortemente marcado pela oralidade, estava já obsoleto, e fora substituído pelas *Miscellanea*, que eram listas ou catálogos de “ajudas para a memória”, e nos quais estava contida a ideia de que todo o conhecimento humano poderia ser concentrado em pequenas e breves entradas. Para Erasmo, a verdadeira memória repousa exclusivamente sobre a compreensão, e apenas aquele que de fato compreendeu um texto pode ordená-lo com vistas a reaplicá-lo<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Quanto ao procedimento que consiste em: 1. fixar na memória a disposição de um local ou de um espaço vasto e complexo; e 2. associar cada elemento do texto a um elemento do espaço ou da imagem escolhida como ajuda ou suporte, este já havia sido criticado por Quintiliano, porque exige em realidade um duplo esforço da memória. Erasmo retoma a objeção; em sua hostilidade para com todos os apoios artificiais da memória, ele vai ainda mais longe, pois critica o hábito escolar de ditar e de tomar notas. No colóquio *Ars notoria*, de 1529, Erasmo critica também o procedimento mnemotécnico que consiste em associar a palavra ou ideia a desenhos, e zomba de um tratado que prometia a seu leitor o aprendizado de todas as disciplinas liberais em 14 dias: “o livro encerra diversas figuras de animais, dragões, leões, leopardos e círculos variados ou estão escritas as palavras gregas, latinas, hebraicas ou bárbaras”. Deve tratar-se de *Logica memoratiua* de Thomas Murner, de 1509, em que pequenos desenhos simbolizavam as noções lógicas: um grilo, a enunciação; uma lagosta, o predicável; um peixe, o predicativo; etc. cada capítulo é ilustrado por uma figura parecida com uma carta de tarô. É a aplicação à lógica de um procedimento analisado por Quintiliano, XI, 2, 17-26. (CHOMARAT, p. 516-517). Erasmo tampouco se mostra entusiasta de uma tática muito utilizada então, que consistia em confeccionar cartazes ou tabelas sinóticas (*tabulas depicta*) que o estudante dependurava na parede de seu quarto, a fim de ter sempre diante dos olhos nomes geográficos, nomes dos pés utilizados na versificação, das figuras gramaticais, genealogias etc., a fim de os aprender ainda que de certa forma inconsciente, ou então de gravar *sententiae* em objetos familiares – anel, caneca etc. – ou nas portas, paredes ou janelas do apartamento...



Thompson (1978, p. xxxviii) apresenta uma questão relevante do ponto de vista da história do livro como objeto. Segundo ele, manter um livro de anotações neste formato parece algo tão óbvio que podemos nos perguntar por que Erasmo se dá ao trabalho de insistir nisso. E a razão é que, embora o emprego de lugares-comuns e “tópicos” seja “tão antigo quanto Aristóteles”, somente a partir do século XVI se podia contar com uma invenção recente: o livro de papel. A disponibilidade de papel e a popularização do livro advinda da impressão fizeram do hábito de tomar notas uma inovação no XVI<sup>10</sup>.

E é a partir desse momento que se pode falar no surgimento de coletâneas de lugares-comuns, como um estoque ordenado de lugares com que provar e argumentar, uma coleção de anotações que o compilador poderia acessar e reutilizar mais tarde. Nem sempre distinguindo claramente entre *loci* e *loci communes*, o Renascimento organiza então compêndios e antologias de exemplos e citações cujo material se oferece para reutilização em invenções imitativas ou secundárias. Embora a estrutura e o propósito destes volumes variassem enormemente, eles se distinguiam dos livros de citações aleatórias por estarem organizados sob chamadas convencionais, ou “entradas” de temas, como verbetes de um dicionário. Esses livros eram, além de uma forma de preservação do conhecimento das citações, anedotas, máximas, versos, trocadilhos etc., também uma coleção de ideias universais usadas na argumentação, com propósitos persuasivos, com

---

<sup>10</sup> Thompson (1978, p. xxxviii) interpreta a importância e a prevalência desta prática entre os alunos pela cena em que Hamlet, ato I, cena V, versos 107-8, exclama, quando lhe ocorre uma *sententia*: *My tables! – meet it is I set it down that one may smile, and smile, and be a villain!* Na tradução de F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes: “Minhas tabuletas! É conveniente lá anotar que é possível sorrir, sorrir e ser velhaco” (São Paulo: Abril, 1978. p. 224, sob licença da Ed. Nova Aguilar, Rio de Janeiro).

a vantagem adicional de o material citado estar legitimado previamente pela *auctoritas* dos autores citados.

Coleções de lugares-comuns não consistem de regras abstratas, mas de exemplos concretos. Cada *locus communis* é como uma lei geral, de verdade reconhecida, formulada numa frase sentenciosa, carregada de imagens que, repetidas regularmente, tornaram-se convencionais. Livros de lugares-comuns dizem respeito à memória, o que assume forma tanto material quanto imaterial, e é como uma gravação daquilo que uma memória seletiva e organizada poderia parecer. Partem da ideia de que partes de textos ou autores são mais dignas de imitação do que outras, e constituem o “musée imaginaire” de André Barbault ou o “western canon” de Harold Bloom<sup>11</sup>.

O auditório (e no XVI já se pode falar em público leitor) tinha expectativa quanto ao uso do *loci communes*. Peter Mack (1993, p. 371) suscita a questão acerca do tipo de leitor gerado por esta prática: um leitor acostumado a ler à procura de referências, perguntando-se: “sob qual verbete eu poderia colocar esta citação? A que assunto esta sentença está logicamente relacionada?” E, segundo ele, este hábito capacitava o leitor renascentista a ler em dois planos simultaneamente: um, por seguir a história, o enredo; e outro, por procurar tópicos que pudesse anotar<sup>12</sup>.

No século XVII, o livro de lugares-comuns era já um gênero e havia ingressado no domínio retórico da ornamentação do discurso. Uma famosa compilação de autoria de Thomas Gainsford (ou atribuída a ele)

---

<sup>11</sup> Barthes, em seu *L'ancienne rhétorique: Aide-memoire*, de 1970, diz, acerca dos lugares-comuns: “Ce sont des formes vides, communes à tous les arguments (plus elles sont vides, plus elles sont communes); 2) ce sont des stereotypes, des prepositions reaches” (Communications 16, 1970, p. 207).

<sup>12</sup> Mack ainda reivindica para os lugares-comuns a base de novos tipos de texto produzidos a partir do XVI, como os Ensaios de Montaigne (1993, p. 372).

tem como título um vocabulário que é, em si mesmo, uma descrição do gênero, como salienta Plett (2004, p. 137): “O rico gabinete mobiliado com variedade de excelentes descrições, caracteres refinados, discursos engenhosos e deliciosas histórias divinas e morais”, tudo isso disposto “alfabeticamente em lugares-comuns”. Temos aqui a soma de todas as qualidades exigidas pela retórica: *copia* (rico), *varietas* (variedade), *ornatus* (refinados), *ingenium* (engenhosos), *delectatio* (deliciosas).

Desde Agricola, a confecção de um livro de *loci communes* era parte importante do método de estudo, porque aquilo que foi estudado deve estar pronto para ser usado no discurso do próprio orador. Aplicar a invenção tópica às palavras chave do argumento é a chave para a *copia* tanto no plano da *elocutio* quanto na *inventio* (MACK, 1993, p. 127). A proposta principal do livro de lugares-comuns era, portanto, a de capacitar o estudante a reutilizar em composições próprias o material advindo das leituras.

Considerados como coleções de clichês, os livros de lugares-comuns foram sendo abandonados e reduzidos ao formato dos almanaques de frases feitas. Mas as compilações de *loci* são a base da organização da enciclopédia, e, atualmente, do método de pesquisa em nosso computador moderno em que o usuário “entra” com uma palavra-chave que acessa informações que tenham conexão com ela. Neil Rhodes e Jonathan Sawday (2000, p. 18) chegam mesmo a afirmar que, “usando edições on-line disponíveis, nós podemos criar nossas próprias versões paródicas dos livros de lugares-comuns ou *florilegia* da Renascença, e então desenvolver uma perspectiva interessante sobre a forma do conhecimento do começo da Era Moderna, por meio da comparação entre a lista dos tópicos”. Segundo esses autores, é possível então reconhecer que tanto nós, que recorremos ao computador como uma espécie de memória coletiva, quanto os renascentistas, com seus livros de lugares-comuns, buscamos todos a

possibilidade da reprodução de algo de domínio público com vistas a algo como uma “customização” individual. Aquele que recorre a eles busca não inspiração, mas algo como inventários de tópicos. O livro de *loci communes* é um dos meios de ter o que foi lido pronto para uso em seu próprio texto e, assim, diz respeito também à conexão íntima entre recordar e refazer um texto – a prática de ler na dependência de escrever e vice-versa que está na etimologia da palavra “autor”, do verbo latino *augeo*, “aumentar”. O autor é, portanto, o “aumentador” de uma tradição de que ele se alimentou para enfim enriquecê-la.

## Referências

- BOLGAR, Robert R. *The Classical Heritage and its Beneficiaries*. Cambridge: Cambridge University, 1973.
- CAVE, Terence. *Cornucopia. Figures d'abondance au XVI siècle: Érasme, Rabelais, Ronsard, Montaigne*. Paris: Macula, 1997.
- CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et Rhétorique chez Érasme. Tomes I et II. Les Classiques d'Humanisme*. Paris: Les Belles Lettres, 1981.
- DYCK, T. Topos and Enthymeme. *Rhetorica*, Berkeley, v. 20, n. 2, p. 105-117, Spring 2002.
- GREEN, L.; MURPHY, J. *Renaissance Rhetoric. Short Title Catalogue*. Ashgate: Aldershot, 2006.
- MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric. 1380-1620*. New York: Oxford University, 2011.
- MACK, Peter. *Renaissance Argument. Valla and Agricola in the Traditions of Rhetoric and Dialectic*. Leiden: E. J. Brill, 1993.
- MCKEON, R. *Selected Writings of Richard McKeon. Culture, Education and the Arts*. Chicago: Chicago University, 2005. v. II.
- MOSS, Ann. *Les recueils de lieux communs. Apprendre a penser a la Renaissance*. Genève: Droz, 2002.
- MURPHY, James J.; KATULA, Richard A. *A Synoptic History of Classical Rhetoric*. 3. ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

ONG, Walter J. *Ramus, Method, and the Decay of Dialogue. From the Art of Discourse to the Art of Reason*. Chicago: The University of Chicago, 2004.

PLETT, Heinrich F. *Rhetoric and Renaissance Culture*. Berlin: Walter de Gruyter, 2004.

RHODES, Neil; SAWDAY, Jonathan. *The Renaissance Computer: Knowledge Technology in the First Age of Print*. London: Routledge, 2000.

THOMPSON, Craig R. (Ed.) *Collected Works of Erasmus. Literary and Educational Writings 1-2*. Toronto: University of Toronto, 1978. v. 23-24.

WEILAND, J. S.; FRIJHOFF, W. Th. M. *Erasmus of Rotterdam, the Man and the Scholar*. Leiden: E. J. Brill, 1988.

Recebido em 8 de fevereiro de 2012

Aprovado em 20 de fevereiro de 2012

